

Descaso

Moradores esperam corte de árvores há mais de 16 anos

Três árvores plantadas há mais de 20 anos em um trecho da Avenida Diogo Alvares, no São Quirino, em Campinas, estão criando polêmica entre os moradores. As raízes da espécie Ficus causaram rachaduras em casas e danificaram a calçada e até o asfalto. A rede elétrica também foi atingida e um poste de energia da rua está inclinado. Segundo a advogada Maria Bernadette Sigrist, que mora no local desde quando as árvores foram plantadas, o problema começou em 1997. Desde então, ela afirma que já efetuou

diversos contatos com a Prefeitura, mas até hoje, não obteve sucesso. “Em abril de 1997 foi a primeira vez que contatei a Prefeitura. Daí em diante foram constantes os contatos e protocolos no 156. Perdi as contas de quantas vezes liguei”, disse. Em 2001, após uma nova reclamação, o **Correio** publicou reportagem em que a Prefeitura afirmava a necessidade de cortar as árvores, uma vez que o plantio desse tipo de espécie não é indicado em calçadas. “Muita gente já veio aqui. Pessoas

dizendo serem agrônomas, fiscais, e todos eles foram unânimes que tem que retirar.” Além dos problemas estruturais nas casas, os pedestres não conseguem utilizar a calçada no trecho das árvores. A última vez que uma pessoa da Prefeitura esteve no local foi no dia 2 de fevereiro deste ano, informou Bernadette. Segundo a moradora, um fiscal disse que o corte estava autorizado, mas iria demorar cerca de 20 dias para a extração e o plantio de novas árvores no local. “Mas até hoje, nada foi feito. Eu estou tentando uma solução há quatro governos. Vamos ver se este resolve.” Nilton Donadelli Junior, de 50 anos, é filho do morador que plantou as árvores nos anos 90. “Meu pai não imaginava que isso pudesse

acontecer. Na época até falaram para ele que as árvores cresciam muito, mas acho que ele não acreditou. Isso causou várias rachaduras na casa e trincas na piscina”, disse. Atualmente, ele tenta vender o imóvel e disse que uma das condições do comprador é a retirada das espécies de Ficus. O diretor do Departamento de Parques e Jardins (DPJ) Luis Claudio Mollo informou, por meio da assessoria de imprensa, que será feito um levantamento para encontrar o relatório sobre o caso. Se já houver recomendação para extração das árvores, o corte será feito. Do contrário, ele afirmou que irá ao local “o mais rápido possível” para fazer nova vistoria. **(Felipe Tonon/Da Agência Anhanguera)**



Técnicos concordam que árvores não são próprias para calçadas

FORÇA-TAREFA III CORRERIA

Mutirão agiliza liberação de projetos

Em apenas dois dias, Secretaria de Urbanismo aprova 150 processos para construção de imóveis

Da Agência Anhanguera

Após o puxão de orelha do prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB), a Secretaria de Urbanismo criou ferramentas para agilizar a aprovação de projetos imobiliários residenciais. Num mutirão realizado nesta semana, em dois dias foram liberados 150 processos que tramitavam no setor desde março. A demora na aprovação foi justificada pela chefe da pasta, Sílvia Faria, pela falta de servidores e por problemas nas plantas apresentadas ao Executivo. Apesar da liberação, a área ainda precisa contornar outros entraves como a liberação de alvará e de Habite-se.

Funcionários de outros setores reforçam trabalho no Urbanismo

Em reunião com seu secretário, Jonas pediu velocidade na avaliação de projetos imobiliários na cidade sob a justificativa de ampliar investimentos e gerar emprego. O alerta foi dado pelo peessebista em meio à onda de manifestações na cidade. O recado foi para as secretarias de Urbanismo, Meio Ambiente e Planejamento. No que diz respeito ao Urbanismo, um reforço de servidores foi anunciado para que o setor pudesse superar a falta de mão de obra nas análises dos projetos. Para engrossar o quadro de funcioná-

7

PLANTAS

De unidades familiares (casas residenciais, térreas ou sobrados) devem ser liberadas diariamente pela Secretaria de Urbanismo

rios, o governo decidiu “empresatar” técnicos da Finanças e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa). Sílvia disse que o problema com os funcionários vem sendo solucionado. “Dos servidores que já contratamos todos estão no período de adaptação e vão ajudar a desafogar a secretaria. Em paralelo, também faremos mutirões para a emissão de alvarás”, afirmou a secretária. Na tentativa de diminuir os erros dos projetos imobiliários e dar velocidade para a aprovação, a secretaria pretende lançar uma nova cartilha com orientações sobre o padrão para a apresentação das plantas. “O que encontramos muito são erros que poderiam ser evitados nos projetos, e que acabam fazendo com que a liberação demore mais do que o previsto”, afirmou. O problema da demora para a liberação dos empreendimentos em Campinas é antigo. Nos governos anteriores foram anunciadas várias medidas



A secretária de Urbanismo, Sílvia Faria: projetos também apresentam problemas que travam aprovações

que acabaram não saindo do papel, como a revisão das leis urbanísticas e a informatização do setor. As duas ações continuam na pauta do governo atual. Para a informatização do setor, segundo Sílvia, é preciso que se faça a revisão das leis urbanísticas. “Não dá para informatizar o setor e, posteriormente, ter de atualizar todo o sistema novamente. Vamos esperar essa revisão da lei, estimada em pelo menos um ano e meio desde sua modificação até a aprovação pela Câmara. Só então daremos início ao processo de informatização”, afirmou. A revisão das leis urbanísticas ficaram a cargo da Secretaria de Planejamento. “Essas modificações são demoradas. A lei tem 35 anos, é complexa, e exige uma força-tarefa grande” , disse a secretária.

Mutirão
No mutirão para liberar os projetos de unidades habitacionais, Sílvia afirmou que a ação serviu de modelo para que a secretaria adote agora padrões mais rápidos para as análises. Após a liberação, a secretária anunciou reforço no setor que vai emitir os alvarás de construção nos próximos dias. Durante uma semana, um número maior de funcionários fará o atendimento dos que tiveram seus processos liberados e agora precisam da autorização para a construção.

CIDADANIA III DIREITOS

Secretaria prepara censo para mapear deficientes

Pasta, recém-criada, quer se municiar para elaborar políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência em Campinas

Fabiana Marchezi

DA AGÊNCIA ANHANGUERA

cidades@rac.com.br

A auxiliar administrativa Bruna Francatti de Godoy, de 21 anos, tem deficiência auditiva desde os 9 e já precisou parar uma faculdade de direito por falta de incentivo e dificuldades de compreensão. Além disso, demorou muito tempo para ter acesso ao aparelho auditivo disponibilizado pelo governo. “Eu não consegui acompanhar, fiz dois meses de faculdade e parei porque tinha muita dificuldade para entender a linguagem jurídica por conta do meu problema. Também foi muito difícil conseguir o aparelho para conseguir ouvir melhor”, disse.

Ela é apenas uma dos cerca de 240 mil campineiros que têm algum tipo de deficiência. Situações como a enfrentada por Bruna, que teve de desistir de ser advogada, é o que a nova Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de Campinas pretende evitar por meio de políticas públicas, mas para que essas novas políticas sejam possíveis, a pasta vai elaborar um censo, a partir do mês de outubro, para localizar e descobrir as dificuldades dessa população “Só assim poderemos minimizar os problemas enfrentados por essas pessoas”, disse a secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de Campinas, Emmanuelle Alkmin.

Segundo ela, atualmente, a única estatística disponível é a do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostrou que 15% da população da cidade tem alguma deficiência e outros 9% mobilidade reduzida.

“A ideia é saber onde estão essas pessoas e que deficiência elas possuem para podermos oferecer mais qualidade de vida a essa parcela significativa de Campinas. Afinal, se somarmos os 15% que tem alguma deficiência e os 9% que têm mobilidade reduzida, temos 24% da população que precisa ser atendida”, explicou.

De acordo com a secretária, o órgão já recebeu duas propostas para análise de como o levantamento poderá ser feito e busca parcerias da iniciativa privada para viabilizar o projeto. “Queremos executar a pesquisa a partir de outubro. Após os resultados, os dados serão cruzados com outras secretarias, como a de Educação e Saúde, e no primeiro semestre do ano que vem já estaremos com o mapeamento concluído.”

“Infelizmente, há maior incidência de deficientes em regiões mais pobres, e o levantamento é essencial para priorizar os serviços de forma eficiente e racional. Os investimentos em acessibilidade, por exemplo, devem ser direcionados mais para estas áreas”, completa Emmanuelle.

Ainda segundo a secretária, a partir do ano que vem a pasta terá uma fatia do orçamento municipal, mas para Emmanuelle é preciso um comprometimento de outras áreas da Prefeitura. Além de parcerias com empresas para resolver questões de empregabilidade entre os deficientes. “É importante haver uma secretaria para que possamos desenvolver projetos, mas não podemos segmentar. Teremos muito diálogo com outras pastas, que já possuem projetos para deficientes. O que queremos é organizar e delinear os dados para termos uma visão melhor de como melhorar a vida dessas pessoas”, concluiu.

Edu Fortes/AAN

Bruna Francatti de Godoy, que é deficiente auditiva, teve que abandonar a faculdade: dificuldades